

A TEMPESTADE NÃO PASSAVA DE UMA FORTE CHUVA DE VERÃO

(Após a derrota eleitoral, Garotinho retoma, fortalecido, à chefia política local)

SILVIA PANTOJA *

BIANCA MACEDO DE ALMEIDA**

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo dar continuidade às análises realizadas sobre as implicações decorrentes do acirrado jogo de correlações de forças que caracterizaram o longo processo eleitoral que se estendeu de outubro de 2004 a março de 2006, em Campos dos Goytacazes. Os acontecimentos observados tornaram evidente a “*lei de ferro das oligarquias*” posta em prática pela classe política que ascendeu ao poder sob a égide do ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Matheus Garotinho¹. Conforme a análise dos fatos torna explícito, essa classe política, dominando o cenário municipal por quase duas décadas, formava uma sólida máquina política até a séria cisão que a dividiu em dois blocos, em 2002.

Importa salientar que, por aquela época, Campos não só apresentava um abrupto crescimento populacional urbano, bem como um surpreendente acréscimo em suas receitas, em decorrência da entrada progressiva de volumosas quantias de *royalties* pagos pela exploração do petróleo encontrado em seu litoral.³

O “boom” do petróleo e, conseqüentemente, a entrada exorbitante dos *royalties* na receita orçamentária, ocorreram na virada do século, quando Arnaldo Vianna, com o apoio incisivo de Anthony Garotinho, ocupava o executivo municipal. Essas ocorrências favoreceram, indubitavelmente, o acirramento das práticas clientelistas e os anseios de autonomia política do prefeito, na disputa pelo controle da política municipal. Isto porque, com a surpreendente descoberta de abundantes lençóis petrolíferos, na virada do século, Campos dos Goytacazes passou a ocupar o 6º lugar entre os 5.646 municípios brasileiros que contribuem para o produto interno bruto nacional (PIB).

Por outro lado, tais ocorrências provocaram uma séria cisão na máquina política dominante, em início em 2002, dividindo-a em duas facções: a que passou a integrar o grupo liderado pelo ex-prefeito, Arnaldo Vianna, e a que se manteve fiel a Anthony Matheus

Garotinho, seu principal arquiteto. O acirrado jogo de correlação de forças que teve início entre os blocos em disputa caracterizou –se por ostensivas improbidades e formas corruptas para a cooptação do eleitorado, que acabaria por incidir na anulação dos resultados do pleito municipal realizado em outubro de 2004 que elegera, em 2º turno, os candidatos apoiados por Arnaldo Vianna, Alberto Campista e Toninho Viana, prefeito e vice-prefeito de Campos, respectivamente. Antes da consumação desse fato, em 22 de outubro, dias após as eleições, por decisão do desembargador Roberto Cortes, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Arnaldo Vianna foi afastado do executivo municipal, que passou a ser ocupado pelo vice-prefeito, Geraldo Pudim, de quem se tornara adversário. Sob o impacto dessa medida, Arnaldo Vianna foi acometido de uma séria crise hipertensiva, sendo imediatamente hospitalizado. Favorecido, porém, pela liminar do presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, foi reconduzido ao cargo em menos de 24 horas.

Entretanto, frente às volumosas e contundentes denúncias das improbidades cometidas pelos candidatos das duas facções ao longo do processo eleitoral de 2004, em 13 de maio de 2005, a juíza Denise Apolinária, além de anular o referido pleito, determinou a inegibilidade dos candidatos do PDT, do PMDB, bem como a suspensão dos direitos políticos, por três anos, de Arnaldo Vianna, e do casal Anthony e Rosinha Matheus Garotinho.

Importa ressaltar que, a despeito do que a grande maioria da população, tanto municipal como estadual, fora levada a acreditar, frente às *"representações sociais"* fabricadas pelo grupo no poder e veiculadas pela *Folha da Manhã*, jornal situacionista, tal fato não incidiu na derrocada irreversível do ex- governador do Estado do Rio de Janeiro, no controle político municipal. A posição aqui defendida é a de que tal fato rendeu significativos ganhos em seus cálculos políticos. Uma breve análise feita em torno desse acontecimento permite concluir três incontestáveis efeitos positivos, consoante os objetivos de Anthony Garotinho.

Em primeiro lugar, os resultados das urnas de outubro de 2004 garantiram o afastamento definitivo de Paulo Feijó (PSDB), seu maior adversário na disputa pelo controle do poder político municipal, naquele contexto. Preservou assim as candidaturas de seus ex-aliados, dos quais fora *"mestre e criador"*, elaborando, em relação a eles, um relevante dossiê sobre antigas denúncias e acusações de improbidades e atos ilícitos de que foram vítimas, amplamente vulgarizados pela mídia, com provas irrefutáveis. *"Afiml, quem conhece mais os defeitos dos filhos a não ser o pai?"*.

Outros efeitos positivos que tornam evidente a força e poder político que o ex-governador ainda detêm em Campos - em que pese a mágoa da população quanto ao fato de não ter privilegiado esse município ao ocupar o executivo estadual -, consistem na vitória que seus candidatos obtiveram no primeiro turno e na anulação do pleito que contemplava a facção adversária.

Finalmente, importa ressaltar que, com a anulação do referido pleito, o casal de ex-governadores ficou em posição favorável para acirrar as baterias contra seus ex-aliados, através das fortes e bem fundamentadas denúncias, acima assinaladas. Extremamente cioso em preservar a primazia obtida, há quase duas décadas na chefia política municipal, Garotinho registrara, com desvelo, todas as acusações a eles dirigidas e que sabia serem procedentes.

Com o mesmo intuito, utilizou o rádio para proferir discursos em horários calculadamente estipulados para a parcela do eleitorado que pretendia reconquistar, com maestria. Às 4 horas da manhã, antes do camponês ir para a lavoura, transmitia, como ainda transmite, embora com menor frequência, notícias sobre as imoralidades constatadas no cenário político campista. O cerne dos discursos é evidenciar as graves conseqüências que tais improbidades acarretam para aquele segmento da população campista, cada vez mais reduzido desde 1990.⁴ Das 9:00 hs ao meio-dia, voltou a transmitir noticiários voltados para os desempregados e donas - de - casa, enfatizando o descaso dos seus adversários em promover, minimamente, a inclusão social das camadas desfavorecidas, em particular da criança e do adolescente.

Respaldada no original instrumental teórico que fundamenta a pesquisa realizada a autora deste artigo anunciou, precocemente, que a classe política formada sob os auspícios de Anthony Garotinho, em meio ao processo de redemocratização do país, em meados da década 1980, permaneceria no controle da esfera política campista, adotando as velhas práticas oligárquicas que sempre tipificaram as instituições políticas no Brasil, especificidades espaciais e conjunturais à parte.

Finalmente, cabe enfatizar a imensa força que Garotinho ainda desfruta em grande parcela da população campista, ao se considerar que: a) os candidatos por ele apoiados obtiveram vitória no primeiro turno do pleito de março de 2006, em decorrência de sua forte intercessão; e b) os candidatos de Arnaldo Viana só conquistaram o executivo municipal pelo apoio recebido de cinco importantes partidos, por uma pequena margem de votos sobre seus adversários. Estes, sem Garotinho ter feito uma única campanha em seu favor, na ocasião,

obtiveram um elevado número de sufrágios, indicando um racha efetivo do eleitorado campista, dividido entre Garotinho e Arnaldo Viana. Alexandre Mocaiber, candidato de Arnaldo, obteve 129.000 votos, no 2º turno das eleições de março de 2006, contra os 109.000 conferidos a Geraldo Pudim, apoiado por Garotinho.⁵

As desavenças ocorridas, meses depois, entre Mocaiber, que insistia em proceder a contratos sem licitações e manter a sua popularidade, utilizando os artifícios "pão e circo", de forma excessiva e desafiante, e Arnaldo Vianna, incidiram em nova fragmentação da máquina política a que todos pertenciam, ainda que de modo menos explícita. Paralelamente, Anthony Garotinho, utilizando o jornal que fundou e que dirige desde 2001, *O Diário*, e explorando a insatisfação popular com os referidos políticos, acirrou suas acusações e denúncias aos seus adversários a tal ponto que até o jornal situacionista *Folha da Manhã*, não pôde deixar de informar os leitores sob certas evidências, para não perder a credibilidade frente aos mesmos. Durante o tempo em que se mantiveram inelegíveis, o casal "Garotinho" aproveitou também para denunciar improbidades e falhas cometidas por todos os vereadores que integravam a bancada governista. É significativo o fato de que o próprio presidente da Câmara não tenha retrucado nenhum dos fortes ataques veiculados pelo *O Diário*, ao longo dos anos 2006 e 2007, que feriam a probidade da quase a totalidade dos representantes da Casa.

O teor e a indignação dos inflamados discursos proferidos por Anthony Garotinho, sem qualquer trégua, contra seus ex-aliados, vêm garantindo resultados cada vez mais profícuos para que recupere a forte liderança que usufruía no início de sua trajetória política, em Campos dos Goytacazes. Observando-se os efeitos até agora produzidos por tais investidas, pode-se afirmar, sem grande risco de erro, que o casal de ex-governadores possui cacife suficiente para voltar a dominar o cenário político municipal, ao menos em médio prazo.

Apenas a título de ilustração, três ocorrências merecem ser citadas. Após o longo trâmite do processo que versava sobre a suspensão dos direitos políticos, por três anos, dos principais representantes da elite política campista, dentre estes, Rosinha e Anthony Matheus Garotinho, Arnaldo Vianna e de Geraldo Pudim, o desfecho final, ocorrido em agosto de 2007, lhes foi plenamente favorável. Por despacho deferido na ocasião, o Ministro Carlos Ayres Britto, suspendeu a decisão anterior do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro que os mantinha inelegíveis e alijados do exercício do poder político. Em decorrência, Geraldo Pudim (PMDB) e Arnaldo Vianna (PCT), que se elegeram deputados federais no pleito de outubro de 2006, com 272.000 e 79.000 votos, respectivamente, continuaram a exercer seus mandatos parlamentares.

Entretanto, embora favorecido pelo TSE, Arnaldo Vianna continuou sendo alvo de graves ataques pelos atos ilícitos e corrupção ativa praticados, conforme denúncias de Anthony Garotinho e seus aliados. Frente ao teor das acusações encaminhadas pelo Ministério Público Estadual (MP), quanto à apropriação indébita de volumosas quantias do erário municipal, a Procuradoria Geral da República, a Polícia Federal e o Banco Central deram início às investigações, constatando que haviam sido abertas três contas em bancos dos Estados Unidos, no total de U\$ 35 milhões (hoje somando cerca de R\$ 70.000.000,00) em nome do ex-prefeito.⁶

Outro importante fator que permite sustentar a assertiva supra assinalada é a recente Lei Eleitoral, promulgada em início de abril de 2007, que impõe a *fidelidade partidária*. Às dificuldades de exterminarem a liderança que Garotinho ainda usufrui no cenário político municipal, soma-se a recente iniciativa de seus ex- adversários e desafetos históricos de ingressarem no PMDB, partido por ele presidido e dirigido no âmbito regional. Tal iniciativa encontra explicação no fato de que, para garantirem a sobrevivência política e manterem maior liberdade ideológica, os representantes da classe política preferem optar por partidos capazes de agrupar um maior nº de quadros, com significativo ecletismo ideológico, como sempre se caracterizou o PMDB. A adoção da fidelidade partidária e o conseqüente remanejamento da elite política campista, lança, por fim, uma instigante indagação. *A ocorrência desse fenômeno guarda alguma semelhança com a passagem bíblica referente à " volta dos filhos pródigos"?*

2. Os alicerces da análise.

A análise aqui apresentada toma como principais ferramentas teóricas as contribuições de Vilfredo Pareto e Robert Michels, representantes da chamada Escola Italiana Das Elites.

Segundo Pareto, a facção da elite no poder procura criar mecanismos capazes de perpetuá-la, neutralizando as investidas da contra - elite (membros da elite que não detém o mando), sendo a massa mero objeto do jogo político. Visando conservar o poder, as elites são levadas a renovar seus quadros. Assim, através do fenômeno que classifica de "*circulação das elites*" . Por este fenômeno, elementos da antiga elite que se tornaram decadentes são substituídos por outros, cooptados inclusive nas camadas de baixa renda.

Fundamentada na contribuição fornecida por Robert Michels, sobre a "*Lei de Ferro da Oligarquia*" - conceito aqui sucintamente explicitado -, a nova classe dirigente que ascendeu ao poder municipal após a abertura democrática, combatera , com virulência, a

antiga oligarquia que dominara o cenário municipal, durante todo o período de ditadura militar que vigorou no país por mais de duas décadas. O cerne dos ataques consistia no viés elitista, autoritário e excludente do modelo que caracterizou o referido regime de governo. Utilizando, maciçamente os canais midiáticos, mormente, após a promulgação da Carta Magna de 5 de outubro de 1988, que no capítulo V - Da Comunicação Social -, artigo 220, garante liberdade de pensamento, expressão e informação, para fabricar novas representações sociais, de modo a obter rápida "ancoragem" na estrutura cognitiva da população campista, quanto aos compromissos que assumiam.

Atentos à insatisfação popular gritante que se constatava nos estertores do regime ditatorial, centralizavam suas "baterias", nos principais pontos críticos. Ressaltavam com maior ênfase: o alto índice inflacionário legado pelo presidente José Sarney, identificado como representante civil do regime ditatorial - militar; o arrocho salarial a que fora submetida a população brasileira; o aumento galopante da taxa de desemprego; a imensa parcela situada na linha, ou abaixo da linha de pobreza; o grau de exclusão social a que fora relegada a incomensurável camada desfavorecida, não apenas na esfera municipal, mas no país como um todo. Em contraposição aos ataques proferidos ao modelo econômico administrativo e social instaurado no longo período ditatorial, a classe política, que ascendeu ao poder político no processo de abertura democrática, assumiu, como um todo, o alto compromisso de resgatar o país da situação caótica em que havia emergido, bem como promover a promoção social das camadas desfavorecidas e excluídas dos bens e serviços básicos, por parte dos poderes públicos.

Em Campos, as críticas mais contundentes, não eram voltadas apenas ao regime ditatorial militar, como também, para os que integravam a antiga oligarquia capitaneada por José Carlos Vieira Barbosa, que ascendera ao poder político municipal sob os auspícios dos representantes do referido regime. As mais enfáticas eram proferidas pelo jovem radialista, Anthony Matheus, conhecido como Garotinho. Popular e populista, Garotinho beneficiou-se da experiência adquirida enquanto radialista, demonstrando, precocemente ser portador de especial "*Virtù*", na conquista e controle da "*Fortuna*", de forma surpreendente.⁷

Conforme a profunda análise feita pela autora deste artigo sobre os graves e inusitados fatos que marcaram as eleições de outubro de 2004, em Campos dos Goytacazes, publicada na www.achegas.net n. 31, sob o título: "*Crônica de uma Vitória anunciada*", os ganhos políticos e a imensa popularidade rapidamente conquistada por Garotinho através das promessas neopopulistas⁷, permitiram-lhe formar uma sólida máquina política, à qual aderiram

os seus sucessores no executivo municipal, reproduzindo, a mesma fórmula de “policy making”. Nesse sentido, compreende-se que, na campanha para as eleições municipais realizadas em outubro de 2004, os candidatos dos dois grupos em disputa, inclusive o ex-prefeito Arnaldo Vianna, egressos da classe política formada sob a égide de Garotinho, do qual todos foram discípulos, *tenham reproduzido o mesmo estilo e as mesmas práticas adotadas por seu ex-líder*.

O grupo liderado por Anthony Garotinho, inegavelmente, usufruiu posição privilegiada para a implementação das práticas neopopulistas, face ao apoio incontestado conferido pela atual governadora, Rosinha Matheus Garotinho (sic). A vitória por esta obtida nas eleições estaduais de 2002 deveu-se, sem dúvida, ao *virtuoso* empenho e ao expressivo cacife eleitoral que Anthony Garotinho, seu marido, angariou no mandato anterior, junto à população de baixa renda e aos excluídos sociais; setores especialmente vulneráveis às promessas neopopulistas.

Finalmente, importa ressaltar que Aberto Campista e Toninho Vianna, apoiadas pelo ex-prefeito, Arnaldo Vianna, só obtiveram vitória por contarem com apoio dos seguintes partidos coligados: PDT; PSL; PT do B; PCB; PRP. Além disso, assim como o liderado pelo ex-governador do Estado, esse grupo fez uso incomensurável do estilo neopopulista para promover sua campanha eleitoral, amplamente financiada pelos volumosos recursos arrecadados pelo município, em forma de *royalties*, pelo petróleo extraído das plataformas marítimas instaladas na Bacia Campista

3. O longo e atípico processo eleitoral : outubro de 2004 a março de 2006.

Retornando ao fato supra citado, a despeito do expressivo apoio manifestado por Garotinho em eleger seus correligionários, seu grande interesse, embora não manifesto explicitamente, no processo político-eleitoral de 2004, era reverter a preferência, inicialmente demonstrada pelo eleitorado municipal, por seu ferrenho e histórico adversário político e desafeto pessoal, Paulo Feijó. Lançado pelo Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB), pouco dias antes da realização do 1º turno, Feijó era apontado como candidato preferido pela maior parcela de eleitores. Contando com o incisivo apoio de sua esposa e governadora do Estado, Rosinha Matheus, Garotinho demonstrou grande habilidade para contornar situações adversas, contribuindo, incisivamente, para a derrota de Feijó, no 1º turno, realizado em 3 de outubro de 2004.

Preservou, assim, para a disputa final as candidaturas que, embora hoje manifestem posições divergentes, são igualmente representantes da classe política formada sob sua égide e, portanto, seus ex-discípulos.

O processo de campanha eleitoral de 2004, principalmente, após os resultados das urnas, conforme acima assinalado, foi marcado por fortes e inúmeras denúncias, contra os dois lados, de abusos e irregularidades cometidas, particularmente acerca do uso das máquinas administrativas municipal e estadual, da utilização de recursos públicos e da implementação de programas assistenciais para beneficiar seus candidatos. O clímax de tais acusações ocorreu após o resultado do 1º turno das eleições de 3 de outubro de 2004, que conferiu 82.345 votos ao candidato do PMDB, Geraldo Pudim e 62.210 ao do PDT, Alberto Campista⁸

A imprensa, da esfera nacional, noticiou graves acusações contra a governadora Rosinha Matheus:

*“Depois de prometer distribuir cheques-cidadão e até casas a R\$ 1,00 às vésperas das eleições, Rosinha Matheus mandou para Campos kits escolares para atender 82 mil alunos da rede estadual... em frente às escolas, cabos eleitorais faziam campanha para o candidato do PMDB a prefeito de Campos, Geraldo Pudim”.*⁹

Concomitantemente, aliados de Garotinho pugnavam pelo afastamento de Arnaldo Vianna, exigindo a reabertura da investigação sobre um esquema de falsificação de Guia de Recolhimento de Impostos Municipais, que já vinha sendo apurado pelo Ministério Público.

Frente às contínuas acusações feitas contra ambos os lados, o Ministério Público suspendeu os programas assistenciais do governo do Estado, particularmente a distribuição irrestrita de cheques - cidadãos e a construção de inúmeras casas populares, com prestação de R\$ 1,00. Em relação à prefeitura foi suspensa a abundante distribuição de vale alimentação que se processava.

As denúncias de que foram vítimas as duas facções, foram acrescidas por outros escândalos. Dentre estes, cabe ressaltar:

1) a contratação de cerca de 25.000 funcionários pela prefeitura, notadamente no período pré-eleitoral o que constitui forte irregularidade e a contratação, por parte de Arnaldo Vianna, de shows milionários, sem licitação, para promover seus candidatos

2) a elevadíssima verba de campanha que foi encontrada na sede do PMDB, em Campos, atingindo o montante de R\$ 318.200,00, dois dias antes do segundo turno, cuja origem não foi comprovada. Os promotores que, em 12 de dezembro de 2004, assinaram a ação contra o PMDB ressaltaram que o dinheiro apreendido comprovava a compra de votos pelo partido.¹⁰

Em decorrência das graves denúncias de abusos cometidos pelas duas partes em questão, - fato igualmente já explorado -, a juíza Denise Apolinária, em 13 de maio de 2005, proferiu sentença que atingiu todos os envolvidos na campanha eleitoral de 2004. Aplicou consideráveis multas e cassou os direitos políticos de todos os candidatos, inclusive de Campista e Toninho Viana, eleitos para o executivo municipal, em 2º turno. De igual forma, decretou a cassação dos direitos políticos, por três anos, de Arnaldo Vianna, de Anthony Garotinho e da governadora do Estado, bem como o pagamento de vultosas multas por parte de cada um deles. Estes dois últimos, no entanto, foram absolvidos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TER), em 10 de novembro de 2005, que acatou o voto da desembargadora, Vera Lúcia Lima da Silva, que considerou módica a quantia de R\$ 318,200 apreendida na sede regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), às vésperas do segundo turno. A tese por ela apresentada foi a de que: *“No contexto em que estamos vivendo, com as denúncias do mensalão, a quantia (os R\$ 318.200,00, sem origem comprovada) deixou de ser vultosa e passou a ser módica”*.¹¹

Em decorrência, naquela data, o casal de ex-governadores foi absolvido da sentença imposta pelo TER. De igual forma, seus candidatos, Geraldo Pudim e Claudeci “das ambulâncias” e Arnaldo Vianna recuperaram seus direitos políticos em 1º de dezembro do mesmo ano.

A força demonstrada por Garotinho em reverter a situação a seu favor, repercutiu com intensidade face à perplexidade que causou na população campista.

Resta registrar que, a despeito do rigor das medidas impostas pelo judiciário, as práticas neopopulistas continuaram vigorando durante a gestão do prefeito interino e presidente da Câmara dos Vereadores, Alexandre Mocaiber. Este, contando com um considerável apoio popular e, principalmente, com a promessa dos candidatos que fossem

derrotados de reforçarem sua posição, caso ocorresse o 2º turno, decidiu candidatar-se ao cargo de prefeito municipal no referido pleito, utilizando as práticas que absorvera enquanto integrante da máquina política capitaneada por Anthony Garotinho.

Com esse objetivo, enquanto prefeito interino, Alexandre Mocaiber, em novembro de 2005, enviou projetos de cunho neopopulista que despertou fortes polêmicas e gritas generalizadas na Câmara dos Vereadores: a construção de 300 casas populares, ao custo de R\$ 170 mil cada; a construção de uma estrada com pouco mais de 2,3 quilômetros, no valor de R\$ 24 milhões; e a licitação para a liberação de R\$ 11,5 milhões a serem gastos com publicidade.¹³ De igual modo, reproduziu, de forma explícita, as práticas utilizadas pela máquina política da qual era oriundo, dando continuidade ao esquema de shows superfaturados e contratações milionárias de artistas, realizados em fins de 2005, de modo a angariar a simpatia popular.¹⁴

A fragmentação ocorrida na sólida máquina em vigor há mais de duas décadas, em Campos dos Goytacazes, refletiu-se no dissenso que se observou no noticiário dos dois mais importantes do momento: *O Diário*, que não dava fôlego aos ex-aliados de Garotinho armarem defesas fundamentadas no real e a *Folha da Manhã*, jornal situacionista, que no início das acusações procurava munição para neutralizar as investidas do opositor. Entretanto, na medida em que provas irrefutáveis contra o grupo no poder, não possibilitava qualquer defesa, ou contra-ofensiva, a *Folha da Manhã* cedeu às evidências explicitadas em *O Diário*. A identidade de informações que se vem observando desde fins de setembro de 2007, é prova suficiente de que, as articulações empreendidas por Garotinho, mostraram-se altamente profícuas, favorecendo sua rápida retornada à liderança política municipal.

Em que pese possíveis perplexidades quem causou em destacados membros do cenário político municipal, o desfecho final do longo episódio aqui registrado, de forma sucinta, é impossível negar as sólidas raízes que Anthony Garotinho conquistou na grande parcela excluída socialmente da população campista, que "virtuosamente" cooptou, no processo de redemocratização do país.

As eleições de 12 de março de 2006, reproduziram, no primeiro turno, os resultados obtidos no pleito de 3 de outubro de 2004, conferindo vitória ao candidato de Anthony Garotinho, Geraldo Pudim. Entretanto, face ao apoio concedido a Alexandre Mocaiber, pelos candidatos derrotados do PFL, PSDB e PV, este saiu-se vitorioso, no 2º turno, realizado em 26 do mesmo mês, com uma pequena margem de diferença de seu adversário- pouco mais

que 29.000 votos -, sem que o casal "Garotinho", tenha sequer participado da campanha em favor de seus candidatos.¹⁵

Igualmente egresso da mesma máquina política, Alexandre Mocaiber aderiu ao bloco liderado por Arnaldo Vianna, mas continuou, na íntegra, reproduzindo as mesmas fórmulas e modalidades de práticas neopopulista e de *policy making*, que sempre tipificaram esta máquina desde sua formação.

Por outro lado, importa atentar para o aspecto positivo para o eleitorado, decorrente da descentralização da arena distributiva do poder econômico que tende a se tornar cada vez mais manifesto. Tal aspecto diz respeito à maior facilidade dos eleitores pressionarem os representantes eleitos, tanto para o executivo como para o legislativo local, a cumprirem suas promessas de campanha, colocando em xeque a sobrevivência política daqueles que deixam de realizar os feitos anunciados.

4. E a tempestade fora uma longa chuva de verão

Evidenciando os mesmos vícios que os demais integrantes da classe política formada por Anthony Garotinho, Alexandre Mocaiber tão logo assumiu, em novembro de 2005, interinamente, a prefeitura de Campos, mostrou que seguia os mesmos ensinamentos que lhe foram passados pelo seu "padrinho" político, embora hoje adversários na luta pelo poder local, dando início atos ilícitos e utilizando, de forma abusiva, verbas exorbitantes do erário municipal.

Após ser empossado no executivo municipal, em março de 2006, acionou ainda mais suas práticas ilícitas para favorecer sua imagem frente à população campista. Em decorrência, inúmeras acusações contra sua improbidade administrativa foram largamente reveladas e publicadas, não apenas em *O Diário*, dirigido e fundado por Anthony Garotinho, em terreno pertencente ao Estado e que lhe foi concedido por sua esposa, Rosinha Matheus Garotinho que, *'virtuosamente'*, conseguiu eleger como sua sucessora no executivo estadual, como também do próprio jornal governista, *Folha da Manhã*, frente à impossibilidade de negar a evidência de tais ocorrências.

No espesso dossiê de acusações contra o prefeito em exercício e seu *staff*, constam: apropriação indevida de verbas Tesouro municipal para seu próprio enriquecimento; distribuição de volumosas benesses prometidas na campanha eleitoral, como forma de cooptação de votos; os gastos extravagantes efetuados para manter a mesma imagem

"circense" tipificada pela distribuição desmedida de "pão e circo"; realização de shows milionários e festas populares, de modo a contemplar a imensa maioria da população carente de bens e serviços básicos por parte dos poderes públicos.

Relacionando as fórmulas políticas postas em vigor pela classe dirigente, há duas décadas, em Campos dos Goytacazes, com os condicionantes da ordem neoliberal, instituída no país ao início dos anos de 1990, a autora deste artigo vem elaborando um exame acurado em torno das novas roupagens que se revestiram as antigas práticas populistas, largamente utilizadas nas campanhas eleitorais enquanto mecanismo de cooptação de votos. De certo, com a reforma administrativa que descentralizou a arrecadação de taxas e impostos, os executivos estaduais e municipais passaram a controlar as arenas distributivas do poder econômico.

O efeito mais desastroso dessa reforma, está no fato de ter conferido amplos poderes aos governadores e prefeitos, na distribuição de prebendas e no aumento exorbitante das práticas clientelísticas que, de resto, sempre constituíram os males de origem do Brasil republicano. Tal fato representa uma variável interveniente, inexistente no antigo modelo populista. Isto porque, até a descentralização administrativa do Estado, era necessário que o político fosse eleito e desfrutasse de uma estreita relação com o executivo federal, centro da arena distributiva do poder econômico, para efetivar o prometido nos discursos de campanha. Como as promessas eram sempre exorbitantes, os políticos adotavam a praxe de acusar a escassez de recursos da União, ou a falta de uma "vontade política" por parte do governo federal e/ou do Legislativo, para o cumprimento dos programas que haviam apresentado ao longo das campanhas. Atualmente, a distribuição de toda sorte de auxílios, benefícios e prebendas para os segmentos carentes, que formam a maior parcela da população dos municípios e que habitam, ou no interior dos Estados mais pobres do país, ou nas periferias das grandes metrópoles brasileiras, são doados antes das eleições, com os recursos arrecadados pelos estados e municípios, gerando um forte sentimento de lealdade, reconhecimento e de crédito dos eleitores de baixa renda pelos políticos que mais se destacam nas doações feitas no período pré-eleitoral.

Ora, levando-se em conta a distribuição dos sufrágios conferidos aos principais candidatos, o alto grau de votos nulos e de abstenções verificadas no 2º turno das eleições de outubro de 2004 e de março de 2006, pode-se facilmente constatar o razoável grau de politização que o eleitorado campista atingiu, ao longo dos vinte anos em que vigorou no país o chamado "Estado de Direito". A ocorrência desse fato aponta para a capacidade, ainda que virtual, dos eleitores virem a proceder à cobrança dos compromissos assumidos pelos políticos

ao longo das campanhas eleitorais. Isto porque, conforme acima assinalado, mesmo sem ter feito qualquer campanha e sem proceder a qualquer aliança, no 2º turno do pleito de março de 2006, o ex- governador angariou 109.000 sufrágios para seu candidato contra os 129.000 obtidos por Alexandre Mocaiber que se elegera pela aliança de 5 grandes partidos. J

A habilidade no trato da coisa política que Anthony Matheus Garotinho é portador, pode ser ainda mais ratificado pelo fato de ter feito sua mulher sua sucessora no governo do Estado do Rio de Janeiro, apesar da derrota sofrida nas eleições presidenciais daquele ano. Considera-se importante frisar que essa derrota não constituiu um fato contundente em sua ascensão política pois só perdeu pelo "imbatível" , naquela conjuntura, Luiz Ignácio Lula Da Silva, candidato do PT, e pelo apoiado pela Presidência da República, José Serra, do PSDB.

5. Considerações finais

Acompanhando o intrincado e enigmático jogo de correlações de forças na disputa pelo executivo municipal, nas eleições de outubro de 2004 e de março de 2006, compreende-se que não chegou a constituir um desgaste de Anthony Garotinho o não conseguir eleger seus candidatos. Não era este seu maior intento. Pois fora da arena política, pôde mais confortavelmente atizar os ânimos da população contra o atual prefeito, sua "entourage" e a grande maioria dos vereadores aliados a este.

Munido de provas concretas contra todos os ex-aliados e discípulos, nos quais conhecia muito bem, não poupa munição, denunciando, cada vez com maior ferocidade, os atos ilícitos, as improbidades e corrupções que todos eles cometeram. O que neste momento deixa a população petrificada é o fato do presidente da Câmara não retrucar as graves e incisivas denúncias de Garotinho a seus pares.

Este fato, acoplado às incisivas denúncias de graves improbidades e corrupções cometidas pelo ex-prefeito, Arnaldo Vianna e do atual, Alexandre Mocaiber, acabou por dividir a preferência do eleitorado campista entre esses e Anthony Garotinho. Assim, a antiga máquina política que se manteve sólida e coesa por mais de duas décadas, cindiu, definitivamente, embora se mantenha na vanguarda do poder-dominação municipal.

Outra significativa mudança ocorrida no cenário político – partidário campista, incidindo no remanejamento dos tradicionais políticos filiados a partidos historicamente adversários do PMDB, consistiu a promulgação da Lei Eleitoral da fidelidade eleitoral, em abril

de 2007. Por gravar os partidos, com perdas de cadeiras, caso seus representantes migrem para qualquer outro com maiores possibilidades de garantir a sobrevivência eleitoral dos mesmos, provocou um progressivo esvaziamento dos quadros dos mais diferentes partidos políticos e o concomitante crescimento dos adeptos do PMDB. Tal fato vem causando um peculiar mal-estar entre os eleitores campistas, por constatarem que os mais ferrenhos adversários e desafetos “de ontem”, de Anthony Matheus Garotinho, encontram-se hoje agrupados sob a legenda por ele presidida e dirigida, no âmbito regional. Ratifica-se, portanto, o fenômeno da “circulação das elites” que já se procedia, timidamente, pela junção dos antigos chefes oligarcas e os representantes da nova classe política formada após o processo de redemocratização do país, ao final da década de 1980.

NOTAS:

¹ O estudo realizados sobre esses acontecimentos foi publicado pela *Vértices*,/ Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos - Vol. 7, n. 1/3 (jun./dez. 2005). Campos dos Goytacazes (RJ) : Essentia Editora, 1997. “Lei de Ferro das Oligarquias” , conceito que mais adiante será melhor explicitado é a denominação dada por Robert Michels, integrante da chamada Escola Italiana das Elites, ao mecanismo utilizado pelas chefias políticas e sindicais, para perpetuarem-se no poder.

² A cisão em Arnaldo Vianna e Anthony Matheus Garotinho foi provocada pela quebra da promessa desde último, então governador do Estado do Rio de Janeiro, de garantir uma vaga pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), para que Ilsan Vianna, mulher de Arnaldo, disputasse uma cadeira na Assembléia Legislativa, no pleito realizado em Outubro de 2002. Este foi o pretexto apresentado por Arnaldo Vianna para evidenciar suas intenções de galgar autonomia enquanto líder do Cesário político campista.

³ Sobre o aumento populacional e os respectivos crescimentos no orçamento e no pagamento de royalties ao município consta nos anexos I, II e III

⁴ Ver anexo sobre variação populacional.

⁵ Consultar anexos relativos às eleições de março de 2006

⁶ *O Globo* e *A Folha da Manhã* de 18 e 25 de agosto de 29007.

⁷ "Virtù" e "Fortuna" são categorias ultimadas N. Maquiavel em *O Príncipe* 1513.

⁸ De forma sucinta, o conceito de neopopulismo é definido enquanto apelo demagógico voltado para a imensa massa destituída de um mínimo existencial, em decorrência do advento neoliberal em que emergiu o país, ao início da década de 1990. Isto porque, com a adoção do modelo de "Estado mínimo", os representantes políticos nas esferas estadual e municipal, impossibilitados de acenarem com recursos da arena distributiva da esfera federal na formulação de seus compromissos de campanha, apresentam obras de efeito imediato que, embora não produzam melhorias nas condições de vida da grande massa de baixa renda, trazem satisfações momentâneas e a ilusão de um real compromisso com essa parcela pouco instruída do eleitorado local (Ex: restaurantes, farmácias e hotéis populares, piscinas nos subúrbios, conjunto exíguo de casas financiadas a preço irrisório, etc).

⁸ TRE - RJ

⁹ *O Globo*, 21 de outubro de 2004.

¹⁰ *O Dia*, 13 de dezembro de 2004

¹¹ TRE; *O Globo* 11 de dezembro de 2006.

¹² TCE -RJ; *Folha da Manhã*, e *O Diário*, dezembro de 2004 a fevereiro de

¹³ *O Diário*, 27 de novembro de 2004

¹⁴ *O Globo* e *Folha da Manhã*, 27 e 28 de março de 2006

¹⁵ *Folha da Manhã*, 14, 15 e 25 de dezembro de 2005 e 28 de março de 2006;

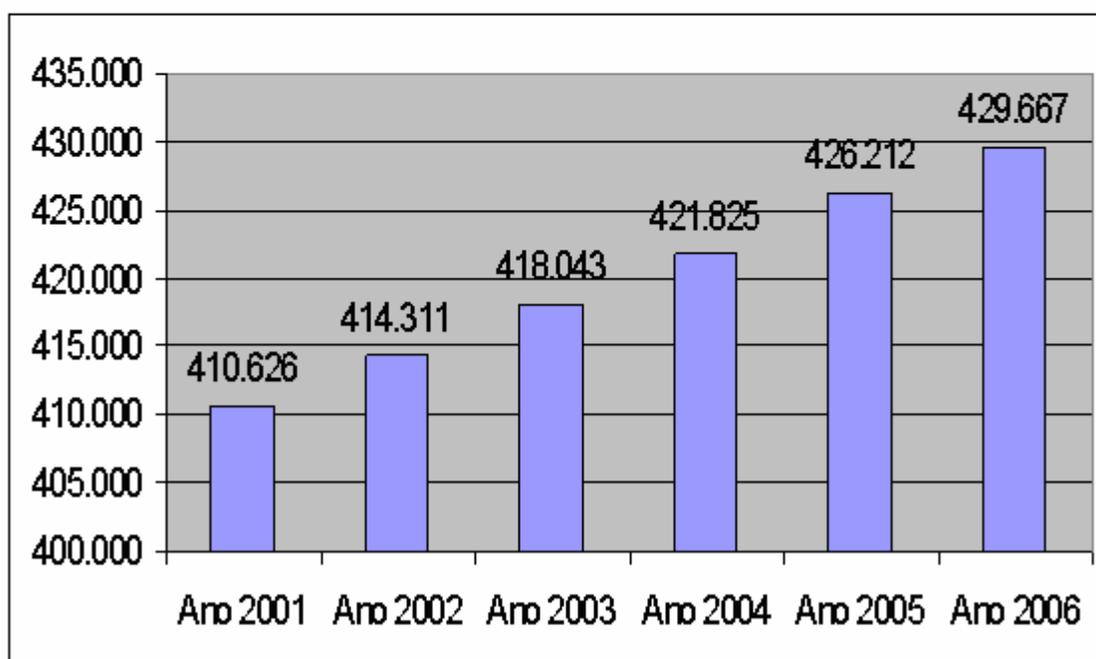
¹⁶ *O Diário*, 20 e 21 de novembro de 2005 e 12 de março de 2006.

¹⁷ *O Globo* 10 de agosto de 2005; *Veja*; *Época*, agosto 2005; *Isto É*, julho 2005.

População residente em Campos dos Goytacazes

2001	2002	2003	2004	2005	2006
410.626	414.311	418.043	421.825	426.212	429.667

Fonte: IBGE



População rural e urbana – 2000

Regiões	Urbana	Rural
Campos dos Goytacazes	364.177	42.812
Norte Fluminense	594.713	104.070

Fonte: IBGE/SIDRA

ORÇAMENTO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
(VALORES ARREDONDADOS EM MILHÕES DE REAIS).	
1994	R\$ 37.000,00
1995	R\$ 65.000,00
1996	R\$ 71.000,00
1997	R\$ 67.000,00
1998	R\$ 83.000,00
1999	R\$ 95.000,00
2000	R\$ 144.000,00
2001	R\$ 228.000,00
2002	R\$ 434.000,00
2003	R\$ 464.000,00
2004	R\$ 600.000,00
2005	R\$ 802.000,00
2006	R\$ 919.000,00

ANEXO III

Royalties Anuais

Ano	População	Valor corrente
2000	408.601	R\$ 87.092.941,18
2001	412.496	R\$ 118.236.702,35
2002	416.428	R\$ 172.779.346,92
2003	420.398	R\$ 229.727.268,73
2004	424.405	R\$ 257.505.841,52
2005	428.451	R\$ 321.301.169,81
2006	432.538	R\$ 403.784.930,05
2007	436.659	R\$ 185.324.056,41

OBS: os dados de 2007 vão até o mês de junho.

ANEXO IV

ELEIÇÕES CAMPOS DOS GOYTACAZES

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - PRIMEIRO TURNO

DIA - 03.10.2004

CANDIDATOS	
Nº	VOTOS
Geraldo Pudim	82.345
Carlos Alberto Campista	62.210
Paulo Feijó	61.319
Makhowl Moussallém	33.628

FONTE: TER

SEGUNDO TURNO DIA 31.10.2004

CANDIDATOS	
Carlos Alberto Campista	131.363
Geraldo Pudim	109.309
VOTOS BRANCOS, NULOS E ABSTENÇÕES	
Abstenção	50.754
Branco	2.721
Nulo	8.959
Total	62.434

FONTE: TER

ANEXO V

ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ),
NO PERÍODO 2000/2005 (EM MILHÕES)

ANO	2000	2001	2002	
RECEITA	144	228	434	
Variação percentu al		144/228	228/434	
		58,33%	90,35%	

Obs.1- Aumento expressivo nas receitas municipais do ano de 2001 para 2002;

2-De 2002 para 2003 as receitas do município sofreram um decréscimo substancial;

3-De 2004 para 2005 apresentam-se novamente em acréscimo.

FONTE: PMCG

	2001	2002	2003	2004
Gab. Prefeito	2.200	79.534	45.615	11.000
Secretaria Edu/Cultura	55.000	72.964	89.281	81.000
Sec. Saúde	29.000	37.338	58.603	51.000
S. Prom. Social	11.472	15.710	19.626	21.000
Despesas totais	96.672	205.543	213.125	204.000
Receitas totais	228.000	434.000	465.000	600.000
Impacto: rec/dês	42,83%	47,36%	45,83%	33,33%

PRINCIPAIS DESPESAS 2001/2005 (EM MILHÕES) FONTE: PMCG

ANEXO VI

RESULTADO DO PROCESSO ACERCA DAS CONTRATAÇÕES DOS SHOWS, JUL2001 AFEV.2002

O TCE-RJ- Tribunal de Contas do Estado no Processo N:200.627-4/02 identificou irregularidades nas contratações de artistas no período entre 01/07/01 e 31/02/2002. As principais irregularidades ressaltadas pelo TCE se referem ao cumprimento dos preceitos exigidos na formalização do processo de invisibilidade de licitação de acordo com a lei 8.666/93.

RELAÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS QUE PODERIAM SER FEITOS COM OS R\$ 38,2 MILHÕES DOS "SHOWS"

* Construção de casas populares: 3.200

* Construção de creches: 135

* Criação de 10.000 empregos, com investimentos em agricultura, cooperativas e pequenas empresas

* Oferta de bolsa família de(R\$ 260,00) Durante um ano: 12.170

* Aquisição de computadores para informatizar estabelecimentos de ensino: 18.465

FONTE: TCE-RJ

ANEXO VII

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE MARÇO DE 2006

PRIMEIRO TURNO (12/03/2006)

Candidatos	Partidos	Votos recebidos
Alexandre Mocaiber	PDT	93.628 mil
Geraldo Pudim	PMDB	99.002 mil
Rockfeller de Lima	PFL	----- ----
Walter Silva Júnior	PV	----- ----

FONTE: TER

SEGUNDO TURNO (26/03/2006)

Candidatos	Partido	Aliança	Votos recebidos
Alexandre Mocaiber	PDT	(PSDB); (PFL) e r (PV).	129.096 mil, que representa 55,98%.
Geraldo Pudim	PMDB	Não teve nenhuma confirmada.	102.282 mil, que representa 44,02%.

FONTE: TER

BIBLIOGRAFIA

I - Fontes primárias:

I.II - Imprensa

Imprensa campista: *Folha da Manhã*; *O Diário*; *Monitor Campista*.(ed. jul. 2004 / mar.2006)

GRANDE IMPRENSA: *O Globo*, 21 de agosto de 2004; 10 de agosto de 2006; *Época* ; *Veja* agosto de 2006; *Isto É*, julho de 2006

I.III - FONTES OFICIAIS:

Tribunal Regional Federal – eleições municipais de 1986, 1989, 1997, 2004 e 2006.

Tribunal de Contas da União – 2001 a 2005

Prefeitura de Campos dos Goytacazes – Secretaria da Fazenda

II - FONTES SECUNDÁRIAS:

ALBERTONI, E. *A Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites* 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Imago. 1990.

CASTRO. S. R. Pantoja S. de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. (Tese de doutorado). UFF. Mimeo.1996.

_____ "Renovação das elites e reordenamento das políticas públicas e sociais". www.achegas.net n.21, 2005.

CRETELLA, Jr. J., MARTINS, I.G. S. E REZEK, J.F., *et alii*. *A constituição de 1988: interpretações*. 1ed. RJ: Forense/Fund.Dom Cabral/Academia Internacional de Direito e Economia. 1990.

DUCROT, O. *Dire et ne pás dire: principes de sémantique linguistique*,

JODELET, D. *Representations sociales: un domaine en expansion. - les representations sociales* .1. ed. Paris: PUF. 1989.

KLIKSBERG, B. "A modernização do Estado para o desenvolvimento social – algumas questões chaves". RJ, In: *Revista de Administração Pública*. Vol.30,n.1.(1996)

MOSCOVICI, S. *A Representação Social da psicanálise*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 1978.

_____ The phenomenon of Social Representation. Farr e S. Moscovici – *Social Representation* . 1. ed. Cambridge : CambridgeUniversity Press. 1984.

RESUMO: Este artigo, subproduto da pesquisa desenvolvida na UCAM – CAMPOS, com suporte financeiro da FAPERJ, tem três objetivos. O primeiro, é examinar os mecanismos e fórmulas políticas que incidiram na anulação do pleito municipal de 2004 e a conseqüente realização de outro, em março de 2006. O segundo, refere-se aos condicionantes que prenunciavam a continuidade da cena, da forma de dominação e da modalidade de "policy making" que tipificam a política municipal desde a ascensão da classe política formada por Anthony Matheus Garotinho, após o processo de redemocratização do país. O último objetivo, mas não menos importante, é enfatizar a "circulação das elites" que ora se processa no cenário municipal, evidenciando a "Lei de Ferro das Oligarquias" que abriu importante brecha para Garotinho reconquistar sua liderança no cenário político campista..

PALAVRAS-CHAVE: Classe política; máquina política; circulação das elites; Lei de Ferro das Oligarquias; neopopulismo e representações sociais.

ABSTRACT: This essay is a result of the research that has taken place at UCAM-Campos, with the financial support from FAPERJ. It has three objectives: at first, to analyze the mechanisms and political formulas that led to the annulment of the election's result in 2004 and the realization of the other in 2006. The second objective, is to examine the conditions that allows us to predict the continuity of the scenario, the

domination manner and policy making which characterize the local politics, since the creation of the referred political class. The last goal, but not the least, is to emphasize the " elite's circulation" , that takes place just on time and open the gage to Garotinho returns to the headship of the political scenery, by main force.

KEYWORDS: political class; political machine; elite's circulation; oligarchy's Iron Law; neopopulism and social representation.

* Silvia Regina Pantoja Serra de Castro é doutora em História Política e Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF/1995) e coordenadora do Núcleo de Pesquisa Lyra Fº, da Universidade Candido Mendes - Campos, desenvolvendo, desde 2000, atividades de pesquisa com o suporte da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

** Bianca Macedo de Almeida que, em dezembro de 2008, concluirá o bacharelado em Direito , pela UCAM - Campos, é , desde 2006, bolsista de iniciação científica pelo convênio UCAM / FAPERJ. Seus relatórios semestrais têm sido considerados plenamente satisfatórios pelos consultores da FAPERJ. Co-autora deste artigo, procedeu a um rigoroso levantamento de dados das fontes primárias, a devida organização do material e a elaboração dos anexos.